

ANC
ANC

ANC

Mandato deve ser discutido por

anc

Domingo, 29 de março de 1987 — POLÍTICA — 1.º caderno — A - 5

todo PMDB, diz Simon

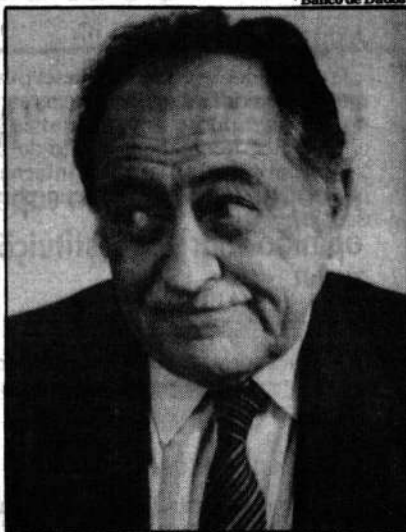
Das Sucursais

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), 57, afirmou ontem que a idéia do governador paulista Orestes Quércia (PMDB) de formar uma frente para estabelecer a duração do mandato do presidente Sarney "é importante", mas disse que "prefere estender ao conjunto do partido" esta discussão, ao invés de restringi-la aos governadores. "O partido é um conjunto e por isso considero que a duração do mandato deve ser debatida entre governadores, deputados e senadores do PMDB", disse Simon, às 12h de ontem. Para Simon, "foi inoportuno o início do debate sobre o mandato do presidente Sarney, mas agora que está todo mundo falando é melhor definir logo, através de uma decisão política".

Ao ser perguntado ontem em Recife, às 10h, se participaria da frente a ser formada por Quércia, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, 70, afirmou: "Tenho dito que o mandato está definido pela atual



Pedro Simon



Miguel Arraes

Constituição e o Congresso constituinte tem poderes para fixá-lo. Nós estamos querendo saber que medidas vão ser tomadas para retirar o país da crise e isto não depende da fixação do mandato presidencial".

O governador da Bahia, Waldir Pires (PMDB), 60, almoçou ontem com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, e com o ministro da Saúde, Roberto Santos em Salvador (BA). Brossard disse à Folha que "quanto

mais cedo estiver definido o mandato do presidente, melhor para as políticas externa e interna". Já Waldir Pires disse que não sabe "se o assunto motive a criação de uma frente ampla" por entender que o mandato presidencial "é um assunto constituinte, e não cabe aos governadores esse papel".

O governador do Rio, Moreira Franco (PMDB), 42, quer uma definição imediata do mandato de Sarney por considerar que é prejudicial, para um país presidencialista, a existência de dúvidas quanto ao tempo de permanência no poder de seu principal dirigente. Segundo apurou a Folha, Moreira tem defendido junto a seus principais auxiliares a posição de que o mandato de Sarney deve ser fixado em quatro anos. Esta posição já foi também transmitida a pelo menos dois emissários de Quércia — Antonio Carlos Mesquita, secretário de Governo, e Alberto Goldman, secretário especial de Coordenação de Programas — que estiveram no Rio na última quarta-feira, reunindo-se com o secretário de governo fluminense, Paulo Rattes.

Juristas do Planalto defendem 6 anos

JOSIAS DE SOUZA

Secretário de Redação da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, 56, recebeu do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, um documento, de caráter confidencial, com a seguinte conclusão: se for observada a tradição brasileira, o Congresso constituinte não poderá reduzir o mandato do atual presidente, fixado em seis anos. O relatório, obtido pela Folha, defende a tese do "direito adquirido" de Sarney e apresenta razões "morais e jurídicas" para justificar a manutenção do seu mandato.

Segundo o texto do relatório, preparado por juristas da Presidência da República, os deputados e senadores constituintes terão de reduzir os seus próprios mandatos, se decidirem encurtar o prazo de governo de Sarney. A justificativa apresentada é simples: tanto Sarney como os constituintes foram eleitos de acordo com as regras estabelecidas pela atual Constituição. Seria, portanto, "uma ação aética" dos parlamentares mexer no mandato de Sarney sem alterar seus próprios mandatos.

O documento cita a lei constitucional número 15, escrita pelo ex-presidente José Linhares, em 1945, para reforçar sua argumentação. Segundo essa lei, caso a Constituinte não opte pelo fim de todos os mandatos eletivos e convocação de novas eleições gerais após a promulgação da nova Constituição, deve-se estabelecer os prazos dos mandatos apenas dos futuros presidentes e congressistas. Sarney e os atuais parlamentares seriam, desta forma, preservados.

"Éticamente é inadmissível virem os constituintes a adotar critérios

distintos: um para o presidente e outro para si próprio", anota o documento entregue a Sarney, no final de sua quinta página. "Em termos jurídicos", assegura o texto, já na sexta rolha, "se a nova Constituição vier a consagrar um autêntico estado de direito democrático, onde um dos elementos básicos é o princípio da igualdade para todos perante a lei, será inconstitucional a disposição transitória que aplicar dois pesos e duas medidas".

Há, segundo o documento, duas alternativas em relação a mandatos: ou a Constituinte mantém os atuais prazos de permanência no poder do presidente e dos parlamentares, mexendo apenas nos mandatos de seus sucessores, como foi feito em 1945; ou "todos os mandatos devem ser extintos, para começar-se, com a nova Constituição, um novo Congresso e uma nova Presidência".

Se, de todo modo, os congressistas decidirem tirar de Sarney alguns anos de mandato e manter intactos o seu prazo de permanência no Congresso — quatro anos para deputados e oito para senadores — seus atos serão "juridicamente condenáveis e anuláveis, por infringir o estado de direito democrático".

O estudo dos juristas da Presidência apresenta uma outra conclusão: os parlamentares constituintes não poderão reduzir o mandato de Sarney também via emendas à atual Constituição. "O mandato do presidente é de seis anos e, como hoje já está plenamente reconhecido, a Assembleia Constituinte, no desempenho de sua função, não pode alterar a Constituição em vigor", anota ainda o documento. "Vale dizer, não pode nem estender, nem reduzir o mandato presidencial".

Para Rollemberg, rompimento da Aliança é "definitivo"

Da Reportagem Local

O deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), coordenador da bancada do PMDB paulista no Congresso constituinte, disse ontem, às 12h, no pátio da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no largo de São Francisco (centro paulistano), durante ato público em favor da participação popular nos trabalhos constituintes, que "o afastamento entre o PMDB e o PFL, no plano federal, é definitivo".

Para Rollemberg, o PMDB vai buscar, a partir de agora, alianças "mais à esquerda", sobretudo com o PCB, PDT, PC do B e PSB, com vistas "a avanços sócio-econômicos e políticos" no país. Perguntado se o fim da Aliança desestabilizaria o governo Sarney, Rollemberg afirmou que "isto não ocorrerá, desde que o presidente Sarney reitere os compromissos de mudanças defendidos pelo PMDB".

Já os representantes dos pequenos partidos, presentes no ato público — deputados federais Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) e os petistas Irma Passoni, José Genoíno, Eduardo Jorge e Florestan Fernandes — disseram que a divisão entre PMDB e PFL "é positiva" porque "leva o

PMDB a se definir em favor das mudanças".

Caminhada

Nas escadarias da Catedral da Sé (centro), com a presença do cardeal Paulo Evaristo Arns, do pastor Jaime Wright e do bispo da Igreja Brasileira, d. Geraldo Albano de Freitas, realizou-se ato ecumênico, ontem, às 12h30, marcando o início de uma caminhada de sete padres e leigos que seguirão a pé, até Brasília (1.150 km de São Paulo) para defenderem a participação popular constituinte.